



GT 026. Ciganos: exercício de comparação etnográfica

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) -
Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UEE) -
Coordenador/a, Felipe Berocan Veiga (UFF e
LeMetro/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a

A reflexão sobre o universo temático da identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, tanto nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste como nas Reuniões Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; e problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados pelas imaginárias étnicas e nacionalistas que circulam nas diferentes comunidades, o grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Embora os registros etnográficos venham ganhando terreno nos últimos anos, aos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar as relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

Povos ciganos no Brasil e Portugal: analisando ações e contextos

Autoria: Jamilly Rodrigues da Cunha, Olga Magano

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação das pessoas Ciganas com o Estado brasileiro para assim compará-lo à situação vivenciada pelas pessoas Ciganas que residem em Portugal. Estamos utilizando a categoria "Cigano" para designar os indivíduos, homens e mulheres, que se autoidentificam desta forma e são reconhecidos por suas comunidades e pela sociedade em geral enquanto tais. Compreendemos ainda o amplo debate que existe com relação ao uso do termo e, além do risco de implicar em uma generalização de grupos que internamente são bastante diversos, se pensarmos suas características culturais e os modos como se organizam social e espacialmente, quando acionamos o cenário brasileiro e português, é como, de um modo geral, se identificam. A justificativa para fazer uma análise comparativa sobre Ciganos se dá justamente pelo passado histórico de relação entre Portugal e Brasil. Além disso, conforme se sabe, desde a década de 1950 identificamos um cenário de mobilização política entre os ciganos residentes nos vários países da Europa, um movimento bastante articulado, e que é pensado por lideranças do Brasil como fonte de inspiração. Desta forma, apresentamos um mapeamento das políticas públicas realizadas no Brasil, sobretudo, os desdobramentos do recente processo de construção do Projeto de Lei 248/2015 de autoria do senador Paulo Paim que cria o Estatuto do Cigano, para assim avaliar as políticas realizadas nos dois países. Afinal, as políticas públicas têm trazido resultados? Como podemos classificá-las? Como se dá a relação entre ciganos e Estado nos dois países? Essas são questões que pretendemos problematizar ao longo do work que foi construído em parceria por pesquisadoras do Brasil e Portugal.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

